

## COMISSÃO ESPECIAL - PEC 45/19 - REFORMA TRIBUTÁRIA

### EMENDA Nº                      À PEC 45, DE 2019 (Da Sra. Tabata Amaral e Do Sr. Felipe Rigoni)

Acrescenta piso para alíquota singular do imposto sobre bens e serviços vinculada a programa de transferência de renda com condicionalidades.

Art. 1º. No art. 1º da PEC 45 de 2019, acrescente-se o inciso IX e altere-se a redação do inciso X, ambos relativos ao art. 159-A.

“Art. 159-A.....

IX – programa de transferência de renda com condicionalidades;

X - recursos não vinculados, sendo a alíquota singular associada a esta destinação correspondente à diferença entre a alíquota federal do imposto e as alíquotas singulares a que se referem os incisos I a IX deste artigo.” (NR)

Art. 2º. Altere-se, no art. 1º da PEC 45 de 2019, a redação do inciso I do art. 159-E.

“Art. 159-E.....

I - no caso das alíquotas singulares de que tratam os incisos I a IX do art. 159-A, às alíquotas singulares de referência apuradas nos termos do §1º do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” (NR)

Art. 3º. Altere-se, no art. 1º da PEC 45 de 2019, a redação do inciso I do parágrafo único do art. 159-E:

"Parágrafo único.....

I - as alíquotas singulares relativas às destinações de que tratam os incisos IV a VII e IX do art. 159-A e o inciso III do art. 159-B não poderão ser fixadas em percentual inferior ao das respectivas alíquotas singulares de referência, apuradas nos termos do art. 119 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

Criado pela Lei nº 10.836, de 2004, o Programa Bolsa Família atende a pessoas que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Atualmente podem participar (i) famílias com renda per capita de até R\$ 89,00 mensais e (ii) famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos e com renda per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais.

Transcorridos quinze anos desde sua criação, diversos estudos classificam o Programa como a mais progressiva transferência de renda feita pelo governo federal. Publicação recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada “Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um Balanço dos Primeiros Quinze Anos”<sup>1</sup>, corrobora os resultados que vinham sendo obtidos ao longo de sua existência. “Cerca de 70% dos seus recursos alcançam os 20% mais pobres (computados antes da transferência do programa). Sua excelente focalização explica por que, apesar do seu pequeno orçamento (0,5% do produto interno bruto – PIB) e da sua limitada participação na renda das famílias da PNAD (0,7%), o programa tem um impacto tão relevante na redução da pobreza: suas transferências reduzem a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%”. Apenas em 2017, foram retiradas da pobreza e da pobreza extrema respectivamente 3,2 e 3,4 milhões de pessoas.

Contudo, apesar do expressivo resultado como política pública pela redução da desigualdade, o principal obstáculo para o Programa atingir números ainda melhores consiste no seu limitado orçamento, que inviabiliza a ampliação do

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2499.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf)

número de beneficiários, exigindo esforços pouco produtivos para aumentar a sua focalização, bem assim o aumento no valor dos benefícios.

Apresentamos, então, esta emenda à Proposta de Emenda Constitucional nº 45, de 2019, com o objetivo de trazer para a discussão da Reforma Tributária a importância de também se considerarem instrumentos que garantam a continuidade das políticas que representam parcela importante da rede de proteção social em nosso país, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A mudança que propomos é vincular parcela federal do novo imposto sobre bens e serviços (IBS) diretamente ao custeio de programa de transferência de renda com condicionalidades.

Ora, se buscamos um sistema tributário mais simples, mais eficiente, que eleve a produtividade em nosso país, com expectativa de que o nosso produto interno bruto (PIB) potencial cresça 10 pontos percentuais em 15 anos, também é preciso pensar em meios para esses efeitos se converterem em redução da pobreza e da desigualdade.

Apenas com atenção especial do Estado às famílias mais carentes, zelando por um futuro mais promissor para crianças que hoje se encontram desassistidas, é que podemos ter esperança de estar no caminho do desenvolvimento, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,      de setembro de 2019.

---

**Deputada TABATA AMARAL**  
**PDT/SP**

---

**Deputado FELIPE RIGONI**  
**PSB/ES**